

Aprender a viver com a Espanha

Publicação: [O Mundo em Português Nº60](#)

Data de Publicação: Dezembro de 2005

Autor: Maria João Seabra

Portugal e Espanha fizeram, em 1977, o pedido de adesão à Comunidade Europeia. Em ambos os casos, a opção pela integração na Europa comunitária tem como fundamento essencial a consolidação da democracia. Ao contrário do que sucedeu com a Grécia (até hoje o único alargamento em que aderiu um só país), a Comunidade Europeia decidiu que os dois países deveriam aderir ao mesmo tempo, o que veio a suceder a 1 de Janeiro de 1986. Se o longo período de negociações foi marcado pela persistência de uma atitude de prudência recíproca, o desenrolar do processo de construção europeia tem vindo a tornar manifesta uma atitude de progressiva convergência. Sem que se possa considerar a opção pela Europa como uma acção concertada entre os dois países, esta veio a revelar-se decisiva para a melhoria das relações bilaterais e para uma progressiva convergência entre Portugal e Espanha.

O desbloqueamento das relações bilaterais luso-espanholas, com a substituição da retórica pela procura real de entendimento, inicia-se em 1983, com a realização da primeira cimeira ibérica, que tem como protagonistas Mário Soares e Felipe González. Nas duas primeiras cimeiras (Novembro de 1983 e Maio de 1985) definiram-se regras de relacionamento básicas e a preparação da adesão à Comunidade. A partir de 1986, ano da adesão, as cimeiras passam a realizar-se anualmente. A institucionalização das cimeiras é um dado importante, sobretudo na medida em que estabelece um espaço de diálogo para além da retórica.

Nesta altura, importa não esquecer, um novo factor se tinha adicionado à precaridade das relações. Com a entrada da Espanha na NATO, Portugal sentiu-se ameaçado pelas suas possíveis ambições geoestratégicas. Pela primeira vez na História, Portugal enfrentava a situação peculiar de pertencer ao mesmo sistema de alianças que a Espanha, quando a sua política de alianças internacionais tivera sempre como pedra de toque a diferenciação das funções estratégicas dos dois territórios peninsulares. Por outro lado, a entrada da Espanha na NATO veio pôr seriamente em causa o mito da relação privilegiada com os Estados Unidos, que já tinha ficado muito abalado com a

celebração do Tratado Hispano-Americano de 1976. Portugal via-se na situação curiosa de partilhar com a Espanha a pertença a uma organização de defesa, ao mesmo tempo que, para alguns sectores portugueses, nomeadamente militares, a Espanha continuava a ser a ameaça.

A preocupação central de Portugal, durante os anos oitenta, continua a ser a diferenciação em relação a Espanha, tanto na NATO como na Comunidade Europeia.

Para lá da retórica, a participação comum na NATO e na Comunidade Europeia altera a relação tradicional com Espanha, já que passam a existir zonas de interesse comum no plano multilateral que justificam e requerem uma coabitação diferente. A estratégia portuguesa nesta altura ficou conhecida como «chegar a Madrid via Bruxelas», ou seja, incluir a relação luso-espanhola num quadro de solidariedade comunitária e afastá-la de um possível quadro de solidariedade peninsular. Se era imprescindível superar a tradicional frieza peninsular, tal não poderia significar ceder à Espanha em qualquer domínio e, nesse sentido, as relações deveriam desenvolver-se num quadro comunitário estrito. Mas, a partir de 1986, a dinâmica da integração tende a contrariar as atitudes defensivas portuguesas e uma nova realidade peninsular começa a tomar forma.

A manutenção da reserva portuguesa face a Espanha era reforçada pelas diferentes percepções dos dois países face ao aprofundamento do processo europeu, mas essas diferenças não impediram, no entanto, o desenvolvimento da cooperação peninsular em áreas de interesse comum. Após a adesão em 1986, Portugal e Espanha encontram-se basicamente na mesma situação face à participação na Comunidade. Ambos são países do sul, com um grau de desenvolvimento económico semelhante e muito inferior àquele em que se encontra a maioria dos Estados membros, necessitando por isso de fortes apoios comunitários. Em termos do relacionamento externo, Portugal e Espanha trazem à Comunidade novas perspectivas, fruto das suas relações tradicionais com outras regiões, das quais se destaca a América Latina, região em relação à qual Portugal e Espanha têm congregado esforços significativos, contribuindo decisivamente para o reforço das relações entre as duas regiões.

Em 1991, o futuro da Comunidade Europeia decide-se à mesa das conferências intergovernamentais. As posições portuguesas e espanholas relativamente aos principais pontos em agenda no começo da CIG são muito distintas, com as linhas de fractura a localizarem-se essencialmente no domínio político. Mas os resultados de Maastricht acabam por ser bem aceites por Portugal e consagram a Espanha como campeão dos países pobres. A batalha travada em torno da cidadania europeia e do Fundo de Coesão é totalmente protagonizada por Madrid que, aliando a sua defesa dos

interesses dos países pobres do sul com posições marcadamente europeístas, adquire um estatuto muito mais importante no seio dos então Doze, posição que, devido à sua indefinição relativamente à construção da Europa política, Lisboa não conseguiu alcançar. Agora, ultrapassada a etapa do «chegar a Madrid via Bruxelas», Portugal apercebe-se de que tem vantagens em «chegar a Bruxelas com Madrid».

Novos temas passam então a dominar as cimeiras ibéricas. Para lá de questões bilaterais, Lisboa e Madrid começam a concertar as respectivas posições europeias. O exemplo mais significativo é a Cimeira Ibérica do Funchal, realizada em Dezembro de 1992, na qual os dois países coordenam as posições para o Conselho Europeu de Edimburgo, onde estaria em discussão a aprovação do Pacote Delors II e do Fundo de Coesão. Para além da elaboração da estratégia a adoptar para a batalha de Edimburgo, das conclusões da Cimeira destaca-se a preocupação comum relativamente à subsidiaridade, expressando Portugal e Espanha o seu receio de que eventuais exageros na sua aplicação pudessem bloquear o funcionamento da Comunidade nas áreas em que uma intervenção colectiva se mostra mais benéfica que a simples abordagem a nível nacional. A política externa consta igualmente da agenda, designadamente a necessidade de aprofundar o diálogo mediterrânico e a preocupação de equilibrar a atenção prestada pela União Europeia aos seus vizinhos, realçando que a cooperação em relação ao Magreb é tão importante como a cooperação externa com a Europa central e de leste, tal como aliás consta das conclusões do Conselho Europeu de Lisboa, em Junho de 1992.

Nesta fase, Portugal parece ter superado a desconfiança face a Espanha. Sucedem-se as declarações relativas ao excelente momento das relações ibéricas, como as do primeiro ministro Cavaco Silva: «Com posições largamente convergentes sobre as grandes questões europeias, o diálogo entre Portugal e Espanha é hoje mais fácil e produtivo. As nossas relações atingiram a velocidade de cruzeiro e têm uma dinâmica autónoma de considerável pujança». As relações entre os dois países já não são consideradas como meramente inerentes ao quadro comunitário, reconhecem-se-lhes fundamentos próprios e a solidariedade ibérica parece ter terreno para crescer.

A integração europeia reforça as relações entre Estados vizinhos. As relações bilaterais Portugal-Espanha passaram a ser as de dois parceiros de uma mesma comunidade. Parceiros e vizinhos, o facto de a relação decorrer no quadro europeu leva-os igualmente a tentar construir bases que permitam a adopção de posições comuns no que se refere à própria construção europeia. Apesar de todas as diferenças existentes entre um pequeno país como Portugal e um país grande como a Espanha, ambos

sabem que, fundamentalmente, são parceiros na União Europeia e precisam um do outro – e esta é, seguramente, uma das principais alterações que ocorreram nos últimos 25 anos, e que certamente continuará a marcar os anos que se avizinham.